



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Alessandra Almeida e Silva*
(CFP/UFRB.)

David Romão Teixeira**
(UFRB)

RESUMO

Este estudo traz reflexões acerca do debate em torno da Educação do Campo, a importância histórica que está sendo as conquistas em prol da educação do e para os povos do campo e principalmente a necessidade de trazer para esse debate a questão da emancipação humana, e a luta de classes. Para tanto será abordado num primeiro momento os avanços na luta pela educação do campo e suas contradições, e num segundo momento uma reflexão sobre a necessidade de se propor a construir uma educação da e para a classe trabalhadora, atentando para a importância de romper com a atual sociedade para que se possa construir uma nova sociedade, com valores novos, onde o trabalho não apareça como elemento de exploração.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo, Movimento social, Emancipação Humana

INTRODUÇÃO

Educação do campo, conquistas e avanços

O descaso para com a educação da Classe trabalhadora denuncia a intencionalidade de manter sob controle aqueles e aquelas que são úteis como massa de manobra e como mão de obra barata aos donos do poder. Especificamente falando dos trabalhadores do campo, o processo histórico de negação do direito básico de acesso ao conhecimento produziu hoje números



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

alarmantes de analfabetos, homens e mulheres que sequer sabem assinar o próprio nome. De acordo com dados do PNAD 2010– As maiores taxas de analfabetismo estão nas zonas rurais. Enquanto a taxa nas regiões urbanas chega a 7,3%, no campo ela chega a 23,2%. (PNAD, 2010.). A realidade expressa em números e percentuais que demonstram como se encontra a educação no meio rural, nas palavras de Araújo¹⁷⁰ (2011) esses são “dados da exclusão da educação dos povos do campo”

Os dados apontam que 28,7% da população do meio rural, com 15 anos e mais, ainda é iletrada. No Estado da Bahia o analfabetismo total da população adulta, segundo dados do IBGE/ 2000, está na média de 18,8 %, pouco menor que a média da Região Nordeste que é de 21,75% e quase o dobro da média nacional, que é de 13.3%. (ARAÚJO, 2011).

Esses dados chocam, mas não causam estranheza, levando em consideração os registros históricos em torno da educação no meio rural, que vai desde a inexistência total de políticas públicas perpassando pelos primeiros registros em que a educação para a população rural é mencionada, aparecendo somente na década de 30 os primeiros sinais de uma educação na zona rural (CALAZANS, 1993) até os dias de hoje onde temos esses dados tão alarmantes. De acordo com os documentos das Diretrizes Operacionais, a Educação para as populações rurais aparece pela primeira vez na Constituição de 1934 com objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade. (CNE/CEB, 2002, p. 9.).

Não é estranho que no atual modelo de desenvolvimento do país o campo seja visto como parte atrasada da sociedade, e o Brasil configurado hoje como

*Graduada em Pedagogia da Terra – UNEB/PRONERA. Estudante do Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro CFP/UFRB.

** David Romão Teixeira Professor Assistente Centro de Formação de Professores Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB.

¹⁷⁰ ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues - aula ministrada no dia 06 de abril de 2011 - Concepções e princípios da educação do Campo - para o curso de Especialização do Campo na UFRB - Amargosa BA.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécie em extinção¹⁷¹”, isso justifica a atual realidade de continuar a negar o acesso à educação para os povos que estão nessa lógica em “extinção”, pois o Brasil é nessa perspectiva um país urbano como citado anteriormente.

Embora tentem convencer que essa é uma verdade, os povos do campo vem demonstrando que não é bem assim, os Movimentos sociais do campo e as demais formas de organização desses povos mostram como é contraditória essa sociedade, e mais que isso, esses povos não aceitam esse processo de negação e de exclusão e estão ao longo desses anos, lutando, construindo novas alternativas, pressionando o poder público para atender suas reivindicações, essas ações provocam um movimento em torno do cenário político brasileiro e das políticas de governo, contrapondo todo argumento que colocam os povos do campo em segundo ou terceiro plano.

Embora dominante, essa tendência não consegue avançar sem contradições. De um lado, estão as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, entre elas a da crise do emprego e a consequência explosiva que traz para a migração campo-cidade. De outro, está a reação da população do campo, que não aceita essa marginalização/exclusão e passa a lutar pelo seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência econômica, política, cultural, que também incluem iniciativas no campo da educação. (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p. 22).

E é em meio a estas contradições que os povos do campo, organizados nos Movimentos Sociais levantam a bandeira da Educação do Campo, construindo nas páginas da história propostas de uma educação do e para os povos do Campo. A luta por Educação do Campo é uma importante bandeira de luta dos Movimentos sociais do Campo e vem conquistando espaço nos debates acerca da educação

¹⁷¹ Texto Base do caderno do Movimento Por uma Educação Básica do Campo - A Educação básica e o Movimento social do campo. KOLLING, Edgar Jorge, NERY, Ir., MOLINA, Monica Castangna (Org).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

neste país. O movimento que se formou em prol da Educação do Campo, tendo como protagonista os próprios camponeses organizados em Movimentos Sociais já conseguiu resultados positivos, são verdadeiras conquistas históricas no campo da educação. No que diz respeito ao campo das conquistas de direitos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação) é certamente um grande trunfo dessa luta.

É importante salientar aqui que o que hoje se configurou enquanto política de Estado foi fruto das lutas de homens e mulheres do campo, é importante frisar isso para que compreenda que direitos não se ganha, se conquista, reescrevendo uma das inúmeras palavras de ordem do MST que diz - Terra não se ganha, se conquista - como reflete Vendramini.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p. 3).

Essas conquistas no âmbito da educação do campo demonstram em primeira mão que a classe trabalhadora não está anestesiada, ela continua se mobilizando, se organizando, e a população do campo está dentre aqueles e aquelas que buscam seus direitos, a própria realidade concreta que vivenciam é que serve de fermento para o processo de luta e de (re) organização desses povos, como afirma Araújo.

A Educação do Campo surgiu das necessidades vivenciadas pela classe trabalhadora do campo organizada nos movimentos sociais do campo; Em suas trajetórias demarcam uma concepção de

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sociedade, desenvolvimento rural, educação e campo; A Concepção dos Movimentos sociais contrapõe a concepção hegemônica que vê o meio rural como atrasado, desertificado, apenas como produtor de mercadorias para atender aos ditames econômicos. Sendo assim, compreende o campo como produtor de vidas, vidas naturais e vidas humanas [...] um lugar de produção de culturas, conhecimentos, saberes escolares, formação humana. (ARAUJO, 2011.)

A grande indagação diante desse avanço no campo das conquistas é como o debate sobre Educação do Campo configurado hoje enquanto política de Estado pode ajudar na conquista da emancipação dos povos do Campo? Vendramini (s/d) traz essa preocupação quando analisa o movimento Por uma Educação Básica do Campo, segundo a autora

A luta por uma educação do campo corre o risco de ficar atrelada ao âmbito do Estado e das políticas públicas, perdendo a dimensão fundamental da educação como estratégia de interiorização de valores contrapostos à lógica individualista, liberal, competitiva, funcional que nos conforma e que cria um consenso generalizado em torno do consumo. (VENDRAMINI, s/d, p 5.)

É ainda com base no que reflete Vendramini que nos indagamos:

Ainda que compreendamos as razões sociais e políticas para a mobilização em torno de uma educação do campo, continuamos questionando a respeito do contexto social, das condições materiais para o desenvolvimento de uma educação do e no campo. Nesta direção, propomos uma discussão que articula a educação e o trabalho no meio rural, com base nas seguintes questões: O que caracteriza hoje o trabalho no campo? Qual educação é necessária ou requerida para este espaço? Qual a participação dos movimentos sociais na criação de formas de vida, de trabalho e de educação no campo? (VENDRAMINI, 2007, p. 4).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Bem, é preciso refletir aqui de que campo estamos falando, pois só assim podemos pensar que tipo de educação queremos construir. Como se constitui o campo hoje? Bom, se pensarmos do ponto de vista do atual modelo de agricultura vigente em nosso país o campo atualmente é visto como:

Espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores. (VENDRAMINI, 2007, p.)

Contrapondo essa visão mercadológica de campo enquanto espaço de exploração e avanço do capital, os Movimentos sociais se mobilizam em prol de um campo enquanto espaço de produção do viver, em harmonia com a natureza, com sujeitos construtores de sua história, um lugar de pessoas livres no sentido mais amplo da palavra, somado a essa visão está a perspectiva de construção de uma nova sociedade sim, pois o campo não está dissociado da sociedade como um todo e sua realidade hoje é fruto da forma como está organizada essa sociedade, pensar o campo sob outra perspectiva é pensar para além do que está posto. Construir novas relações, novos valores. Isso só será possível numa outra realidade, na qual a produção da vida não esteja organizada sob a lógica dessa sociedade desumana e destrutiva que é a sociedade capitalista. O Coletivo Nacional de Educação do MST¹⁷² ao fazer o Balanço dos 20 anos¹⁷³ da Educação no movimento já se atentava

¹⁷² O Setor de Educação do MST é formado pelos Coletivos de Educação regional, estadual e Nacional, e tem como representantes Educadores e Educadoras, coordenadores (as) que militam dentro do Movimento com a tarefa de ajudar na Luta Pela educação, organização das escolas dos Assentamentos e Acampamentos dentre outras atividades.

¹⁷³ O Setor de Educação em comemoração aos 20 anos de luta do MST fez o Boletim da Educação nº 09 - Educação no MST, Balanço 20 Anos, (2004). Este documento traz a trajetória de luta pela educação no



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

para o fato de que é imprescindível relacionar a luta pela Educação do campo aos processos de formação e transformação:

Essa educação pretendida deve estar vinculada aos processos sociais de formação do sujeito, porque na prática, não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições precárias de vida em que foi obrigado a viver. Muitas vezes esse sujeito foi vítima de um processo de exclusão tão eficaz que nesse caminhar foi esquecendo de suas tradições e é na luta por transformações que sua identidade é reconstruída. (MST, 2004, p. 58).

Não se pode perder de vista o fato de que a educação sozinha não fará a transformação social, ela tem um papel fundamental nesse processo como reflete MÉSZÁROS (2005) “A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo”. E é nesse sentido que se faz necessário relacionar educação e produção do viver, vendo o processo educativo como elemento de construção desse novo jeito de viver e de produzir, novas relações entre homem e natureza e entre os seres humanos, uma educação que ajude a desconstruir essa lógica do individualismo e da competitividade impregnada em nós pelos valores dessa sociedade tão desumana.

No próximo ponto trataremos uma discussão sobre a necessidade e a possibilidade de se propor a construir uma educação voltada para os interesses da classe trabalhadora, uma educação que tenha como objetivo contrapor toda essa lógica da destruição em nome desse falso desenvolvimento, que não se contenha com pequenas reformas ou adaptações, mas que se proponha ir além, ajudando a construir uma nova sociedade de homens e mulheres verdadeiramente livres.

Movimento, os acertos, conquistas e desafios no campo da Educação no seio da luta pela terra e pela Reforma Agrária.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A educação do Campo e Transformação social

A educação por si só não transformará a realidade cruel da atual sociedade, Mézáros (2005) já nos alerta para isso, é necessário pensar para além do que está posto, nas palavras do autor “limitar a mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. É possível e necessário pensar uma educação tendo como princípio norteador a relação trabalho-educação, onde o trabalho seja submetido a outras relações sociais que não as burguesas (SILVA, 2010). Pensar uma educação que seja emancipadora é pensar para além do que está posto, não existe a possibilidade de construir uma educação emancipada dentro de um sistema que exclui MÉSZÁROS (2005), traz a reflexão que a atual sociedade encontra-se em crise e que este é um momento histórico de transformação da qual a educação não pode ficar à parte.

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76)

Assim o debate acerca da Educação do campo não pode desvincular do debate da transformação social, em outras palavras, é preciso ter bem claro que devemos pensar a questão da educação da classe trabalhadora, claro que as



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

especificidades do campo devem ser levadas em conta, não se pode continuar com o processo de negação do sujeito do campo, mas esse mesmo sujeito faz parte de algo maior e mais complexo, sofre as desigualdades desse sistema de sociedade de classes antagônicas.

Para Brandão (1940) “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sociedade”. Além disso, educação é invenção humana, como meio de transmitir o conhecimento produzido, de garantir que outras gerações dêem continuidade ao trabalho, à produção do viver,

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura e situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano. (BRANDÃO, 2003, p. 14).

E é essa dimensão de educação enquanto produção da humanidade que precisa ser retomada, de forma que a relação teoria e prática não se dissociem e mais que isso que o trabalho seja colocado não como instrumento de exploração e alienação, mas como elemento fundante do ser, para tanto, a proposta e educação deve ser consequentemente diferente das que se fazem presente na atualidade.

Algumas experiências de Movimentos Sociais, especificamente do MST trazem à tona algumas possibilidades de propostas de educação que apontam para a construção de uma nova realidade. Para o MST o processo educativo não pode se encerrar nas quatro paredes da escola e nem se resumir a ela, e por esse motivo considera os vários momentos e atividades desenvolvidas pelo Movimento como



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

educativos. As ações desenvolvidas pelo Movimento são também momentos de formação, como afirma ALVES (2010).

Para os Sem Terra, o MST é um grande educador, pois em todas as suas ações se tiram lições, cada conquista, derrota, significa avanço tanto no processo de luta quanto no avanço da consciência. Uma pessoa que participa de uma ocupação, de uma marcha, de um despejo não sai de lá “a mesma”, uma vez vivida uma dessas experiências a concepção que se tinha sobre algo passa a ser outra. Ao enfrentar um despejo um acampado vivencia de perto a crueldade desse sistema e os aparatos de repressão deste para com aqueles que ousam “infringir” as regras dessa sociedade. Um encontro de formação ele passa por momentos de estudo e reflexão sobre a sua realidade e sobre as causas de seus problemas. Numa marcha, por exemplo, o e as Sem Terra mostram para a sociedade o poder da organização do povo e a necessidade de lutar por vida melhor. (ALVES, 2010, p.53).

Essa participação ativa na luta possibilita a (trans) formação daqueles e daquelas que antes queriam apenas um pedaço de terra em sujeitos da história, lutadores e lutadoras, conscientes de sua condição de sua realidade e dispostos a continuar na luta. Caldart também reflete sobre o quanto essa participação influencia o processo de formação dos sujeitos Sem Terra.

É também a participação no movimento da luta que politiza os Sem Terra, no sentido de que passam a compreender o seu problema específico num contexto mais amplo, e como parte de uma correlação de forças sociais e políticas que não se alteram apenas porque decidiram agir para transformar sua situação particular. Muitos sem-terra quando decidem participar de uma ocupação ou entrar num acampamento, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo: consideram que se são trabalhadores do campo e se dispõem a trabalhar na terra, é justo que logo a consigam e então todos os seus problemas estarão resolvidos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

[...] somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte, e o que contestam mais profundamente em cada um dos atos coletivos de que participam. Este é um dos momentos importantes de um processo de formação que começa a relacionar o movimento da luta, no seu imediato e em sua conjuntura, e o movimento da história, geralmente mais lento e complexo. Um dos processos educativos fundamentais da participação dos sem-terra na luta está em seu enraizamento numa coletividade em movimento, que embora seja sua própria construção (os Sem Terra são o MST), acaba se constituindo como uma referência de sentido que está além de cada Sem Terra, ou mesmo além do seu conjunto, e que passa a ter um peso formador, ao meu ver decisivo, no processo de educação dos Sem Terra. É a intencionalidade política e pedagógica do MST que garante o vínculo da luta imediata com o movimento da história. (CALDART, 2001, p.214).

A proposta educativa do MST traz bem claro a necessidade de lutar pela transformação social e a importância de associar a educação a esse processo de transformação, e é nos Princípios Filosóficos da Educação¹⁷⁴ que podemos observar isso mais claramente, em específico no primeiro princípio que traz a “educação para a transformação social”.

Este é o horizonte que define o caráter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os avanços humanistas e socialistas. (MST, 2004, p.6)

¹⁷⁴ De acordo com o Setor de Educação do MST os Princípios Filosóficos dizem respeito à visão de mundo, concepções de pessoa humana e de sociedade e remete aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST.

Já os Princípios Pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Meszáros (2005) reflete sobre a necessidade de articular o processo educacional à construção de uma nova sociedade, educação e transformação social devem andar juntas, todas as tentativas de se construir uma educação transformadora se não estiver atrelada ao processo de transformação social não passará de reformas ou adaptações como de fato vem ocorrendo, por mais inovadora que pareça uma proposta educacional, se não propõe ou no mínimo não questiona as contradições sociais existentes, esta proposta nada mais é que uma adaptação ao sistema vigente, que no máximo da sua inovação propõe correções, jamais mudanças estruturais.

A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: **a educação não pode funcionar suspensa no ar**. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76 [grifos meus].)

É nesse sentido que se faz necessário construir uma educação da e para a classe trabalhadora, atentando para a importância e para a urgência de forjar um processo educativo que não ocorra na contramão da luta (como os que hoje existem, uma vez que são edificados sobre os valores da atual sociedade), mas uma educação que ajude no processo de contra-internalização (MÉSZÁROS, 2005) dos valores do capital. Pistrak em sua obra Fundamentos da Escola do Trabalho (2005) traduz o que significa vincular a vida com o processo de transformação social, articulando trabalho, estudo, atividades culturais e políticas no processo de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

formação de um povo, no intuito de que essas pessoas sejam sujeitos da construção da nova sociedade. Fundamentado na teoria marxista, a proposta de educação que propunha construir traçava como objetivo a “formação de um homem que se considere como membro da coletividade” (PISTRAK, 2005). Essa proposta de educação vivenciada e relatada por Pistrak na Escola Comuna¹⁷⁵ vem contrapor a educação organizada sob a ótica da sociedade capitalista, esta (a escola capitalista) vem cumprindo seu papel, de internalização da ordem social vigente, no sentido de legitimação, manutenção e reprodução do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2005, p. 35). Esse tem sido o papel da educação - reproduzir e manter o sistema em vigência. Mézáros (2005) questiona - a educação está onde o trabalho está, ou seja, a forma como está organizado o trabalho em uma determinada sociedade define conseqüentemente a função e o lugar da educação nessa sociedade. Emir Sader no prefácio da obra de Mézáros caracteriza bem essa análise:

[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores – somente aí se universalizará a educação. (SADER, in MÉSZÁROS 2005, p.17).

Sendo assim, chega-se à conclusão que na atual sociedade, nossas escolas da cidade ou do campo preparam pessoas para o mercado de trabalho, para atender às demandas das indústrias, das fábricas, das grandes empresas do capital, tornando – as aptas a venderem sua força de trabalho, “livres” para assinarem contratos que tem em sua essência a exploração do trabalhador (SILVA, 2010). Discutir o processo produtivo, as formas de trabalho e principalmente a

¹⁷⁵ PISTRAK, Moisey M. A Escola Comuna, 2009.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

importância do trabalho enquanto fundante do ser social deve na proposta de educação que se coloca enquanto transformadora, ser uma questão central.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35)

É nesse sentido que mais uma vez, reafirmo a necessidade de se pensar o processo de educação, especificamente falando da Educação do Campo, que tenha como objetivo romper com os valores competitivos e individualistas da sociedade capitalista, como nos lembra Bogo:

O instrumento organizativo deveria ser o portador da consciência da classe que define o perfil do sujeito individual e coletivo que deve preparar para alcançar suas finalidades estratégicas; estas por sua vez, não se alcançam fragmentadamente por setores sociais. Significa dizer que, não poderá haver “uma escola do campo” com boa educação, se este processo não estiver inserido na perspectiva de um processo de mudanças mais amplas, por isto, falar em “sujeitos coletivos” ou em “educação emancipadora”, sem um projeto de mudanças, é uma grande ingenuidade. (BOGO, 2011).

O processo de transformação social exige sujeitos conscientes, que possam na prática agir de forma coerente, para tanto precisam conhecer profundamente a realidade em que estão inseridos, para poder transformá-la. Dominar as técnicas, deter os conhecimentos, é nesse processo de luta, instrumento fundamental. De nada adianta a falácia de que é preciso mudar a realidade se não a conhece. Nesse



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sentido, os povos que se encontram de uma forma ou de outra engajados num processo de luta, construindo novos valores estão um passo à frente. BOGO (2011) chama atenção para a necessidade de deter o conhecimento para usá-lo à favor do interesse de classe, essa sempre foi uma estratégia da classe dominante como nos faz refletir Ademar Bogo

Os capitalistas sabem disso, e por saberem de forma consciente exigem que o Estado execute as políticas que favoreçam o fortalecimento das relações materiais da vida econômica e usam o aparelho da escola para prepararem a força intelectual. Logo, enquanto os movimentos sociais do campo se satisfazem com o direito a licenciatura o agronegócio apropria-se das pesquisas produzidas por cursos das áreas nobres produzidas com recursos públicos e aplicadas pela ajuda dos créditos que são também recursos públicos. (BOGO, 2011)

Por esse motivo é que a organização da classe trabalhadora é crucial, não só para as lutas reivindicatórias, aliás, é preciso avançar para lutas maiores, reivindicar apenas o acesso não basta, é preciso construir um projeto de sociedade e não se faz isso apenas com boa vontade, esse é um árduo processo de luta, no qual a educação tem papel fundamental. Os movimentos Sociais já se atentaram para essa questão, já compreendem que o opressor utiliza da dominação da consciência humana para imperar, para inculcar seus valores. Tanto que quando os trabalhadores organizados reivindicaram acesso à educação e exigiram cursos nas áreas que podem comprometer essa dominação essa classe reagiu e reagirá sempre que seus interesses forem ameaçados.

Para além das reivindicações, deve-se questionar - que educação queremos nós trabalhadores e trabalhadoras?, Que valores e princípios devem ter essa escola? Que homens e mulheres o processo histórico exige? E é mais uma vez nas palavras de Bogo que encontramos elementos que reafirmam que é preciso construir a educação da classe trabalhadora



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

[...] Sugerimos indicativos de superação da visão de uma “escola do campo” (território) para uma “escola da classe” voltada para uma proposta de educação que se interligue com as perspectivas do projeto político das forças políticas ativas, em busca, não da emancipação humana abstrata, mas da construção do projeto de superação do modo de produção capitalista. Para tanto, juntamente com o “corpo de idéias” será preciso pensar no melhoramento das “idéias do corpo” da classe, e, isto se fará se ela tiver a capacidade de organizar-se para estabelecer objetivos estratégicos a serem alcançados e formar os seus próprios sujeitos: intelectuais, profissionais e educadores inseridos no processo da construção das mudanças. (BOGO, 2011).

À classe trabalhadora resta ver a educação como “instrumento de fortalecimento do projeto político”. (BOGO, 2011), e não apenas como um direito que o Estado deva garantir como sempre é reforçado na Palavra de Ordem: Educação do Campo – Direito nosso, dever do Estado¹⁷⁶!. Certamente que a idéia não é eximir o dever do Estado para com a Educação, mas compreender que trata-se de um Estado Burguês que não defenderá uma proposta que contrarie os ditames da classe dominante, assim sendo, é necessário sim lutar para que se garanta a construção das escolas, formação para os professores, toda a estrutura a que de fato temos direito, afinal o conhecimento é produção da humanidade e a ela pertence, não pode ficar restrito a uma pequena parcela, mas deve-se compreender essa questão sem perder de vista que precisam ser traçados novos horizontes.

¹⁷⁶ Palavra utilizada na maioria das vezes em encontros de Educadores e nas reivindicações dos Movimentos Sociais em prol da educação, e nos cursos realizados em parceria pelo PRONERA.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

- ALVES, Felipe Silva. **O papel das lutas de massa na organização e Formação humana dos trabalhadores Sem Terra**. Monografia de final do curso Pedagogia da Terra, Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, Teixeira de Freitas BA, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. (Org.) **A dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos: 20.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no Meio Rural: traços de uma trajetória. In, THERRIEN, Jaques, DAMASCENO, Maria Nobre (Org.) **Educação e escola no Campo**. Papirus, 1993
- BOGO, Ademar. **A escola do campo em busca do campo para ser escola**, 2011. Mimeo.
- CALDART, Roseli Salette. **O MST e a Formação dos Sem Terra: o Movimento social como princípio educativo**. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 28/ 12/ 2009.
- KOLLING, Edgar J., Irmão Nery, MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma Educação Básica do Campo** – A educação Básica e o movimento social do campo, 1999.
- MST, **Boletim da Educação nº 09, Educação no MST Balanço dos 20 anos**, 2004.
- _____. **Caderno de Educação nº 08, Princípios Filosóficos e Pedagógicos**, 2004.
- _____. **Caderno de educação nº 04, Escola trabalho e Cooperação**, 2004.
- _____. **Dossiê MST Escola**, ITERRA, 2005.
- MÉSZÁROS, István, **A Educação para Além do Capital**, São Paulo: Boitempo, 2005.
- PISTRAK, **Fundamentos da Escola do Trabalho**, 4. Ed. São Paulo, 2005.
- SILVA, Alessandra Almeida. **A relação trabalho educação na Proposta Pedagógica do MST**. Monografia de final de curso Pedagogia da Terra, Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, Teixeira de Freitas BA, 2010
- VENDRAMINI, Célia, Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do Campo. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 17/10/2009.